

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de abril de 2019 às 07h36
Seleção de Notícias

correiobraziliense.com.br | BR

Propriedade Intelectual

EUA pede mais esforços da China para proteger sua propriedade intelectual	3
MUNDO	

Exame.com | BR

26 de abril de 2019 | Propriedade Intelectual

Xi anuncia mecanismos para garantir cumprimento de acordos internacionais	4
MUNDO EFE	

O Estado - Online | CE

26 de abril de 2019 | Marco regulatório | INPI

Dia Mundial da Propriedade Intelectual	5
OPINIÃO	

Fator Brasil - Online | BR

Propriedade Intelectual

Roberto Sant'Anna - A importância da propriedade intelectual	6
---	----------

Migalhas | BR

Direitos Autorais

A responsabilidade de plataformas online sob a nova Diretiva Europeia de Direitos Autorais e a legislação brasileira	7
---	----------

Propriedade Intelectual

O Dia Mundial da Propriedade Intelectual e o desenvolvimento do esporte	9
--	----------

SRZD | Sidney Rezende | RJ

Marco regulatório | INPI

Lei nova permite a criação de Empresa Simples de Crédito e cria um regime especial para as "starups"	11
---	-----------

EUA pede mais esforços da China para proteger sua propriedade intelectual

MUNDO



sidente Donald Trump criticou repetidamente Pequim pelo que considera o roubo desenfreado do conhecimento americano, através da **transferência** de tecnologia forçada e outros meios, e fez disso uma questão central nas negociações comerciais em curso. A próxima rodada se dará em Pequim, no dia 30 de abril, e a seguinte será em Washington, no dia 8 de maio.

O presidente Donald Trump criticou repetidamente Pequim pelo que considera o roubo desenfreado do conhecimento americano

(foto: MARK WILSON) A China avançou no fortalecimento da proteção da tecnologia americana e de seus direitos, mas não foi longe o suficiente para resolver os principais pontos de conflito com Washington, disseram autoridades comerciais nesta quinta-feira. Os esforços de Pequim até agora "não alcançam as mudanças fundamentais necessárias" pretendidas pelos Estados Unidos, observa o escritório do representante comercial (USTR) em um relatório anual ao Congresso publicado dias antes de uma nova rodada de negociações com o governo asiático. Um funcionário da área disse a repórteres que o governo chinês tomou medidas para reorganizar "os ministérios e agências responsáveis pela proteção e aplicação da **propriedade** intelectual", enquanto continua a reformar seu sistema judicial. Contudo, "ainda é cedo para dizer se esses esforços levarão a melhorias substanciais na proteção da **propriedade** intelectual e sua aplicação na China", disse o USTR em conferência telefônica. O pre-

Xi anuncia mecanismos para garantir cumprimento de acordos internacionais

MUNDO

Erik De Castro/Reuters



Xi Jinping: "Nós chineses sempre cumprimos o que prometemos"

Além disso, o presidente prometeu "acelerar" a aprovação de leis para "garantir o cumprimento" da nova lei de investimento estrangeiro

Pequim - O presidente da China, Xi Jinping, anunciou nesta sexta-feira (26), o estabelecimento de "mecanismos regulatórios" para o cumprimento de acordos internacionais, e prometeu que seu país "reforçará a execução da lei e fortalecerá os direitos dos detentores estrangeiros" de **propriedade** intelectual.

"Nós chineses sempre cumprimos o que prometemos", indicou o líder, acrescentando que "uma China mais aberta interagirá melhor com o resto do mundo e trará mais progresso e prosperidade para o próprio país e para todos".

Xi proferiu estas palavras na inauguração da segunda edição do Fórum da Iniciativa Faixa e Rota, também conhecida como Novas Estradas da Seda, iniciado hoje em Pequim com a presença de 37 Chefes de Estado e de Governo, bem como representantes de cerca de 150 países e organizações internacionais.

Em seu discurso, Xi anunciou para os próximos anos "uma série de medidas importantes" focadas no processo chamado por Pequim como "reforma e aber-

tura", entre elas facilitar a chegada de capital estrangeiro ao mercado chinês, permitir o investimento em mais setores e seguir construindo zonas de livre-comércio em diferentes pontos do país.

Além disso, o presidente prometeu "acelerar" a aprovação de leis para "garantir o cumprimento" da nova lei de investimento estrangeiro, aprovada como projeto emblemático durante a última sessão legislativa da Assembléia Legislativa, realizada em março.

Em relação à **propriedade** intelectual, Xi disse que redobrá os esforços para protegê-la e garantiu que a proteção desses direitos não é "uma exigência, mas um requisito inerente para construir um país inovador e focado no desenvolvimento de alta qualidade".

"A China respeitará os valores do conhecimento, fortalecerá a aplicação da lei, protegerá os direitos legítimos dos detentores estrangeiros (**propriedade** intelectual), proibirá a transferência forçada de tecnologia e fortalecerá a proteção dos segredos comerciais", afirmou.

Dia Mundial da Propriedade Intelectual

OPINIÃO

No dia 26 de abril, o mundo comemora o Dia da **Propriedade** Intelectual. Todos os anos a Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual - OMPI lança um tema para ser trabalhado com o objetivo de disseminar o papel que os direitos de propriedade intelectual (PI) desempenham no incentivo à inovação e à criatividade. Neste ano, o tema foi "Propriedade Intelectual e Esportes: Traçando as Conexões".

Com o surgimento da indústria 4.0, o avanço tecnológico nesse ambiente tende a aumentar ainda mais, proporcionando a operação em tempo real, a virtualização, a descentralização, a orientação à serviços, a modularidade. Dessa forma, o avanço tecnológico nesse ambiente implica na aplicação da propriedade intelectual, uma vez que esta é necessária para garantir a segurança da exploração e competitividade.

Atualmente, algumas empresas investem no desenvolvimento de novas tecnologias para ajudar a melhorar o desempenho atlético e envolvimento do público. Elas realizam a proteção intelectual por meio de patentes e desinger, pois além de contribuir com o seu crescimento, garante ganhos econômicos por meio da **transferência** de tecnologia. Outra estratégia é o uso das marcas que superestimam as receitas comerciais dos contratos de patrocínio, merchandising e licenciamento, além dos direitos de

transmissão que sustentam a relação entre esporte e televisão e outras mídias.

Aproveito a campanha proporcionada pela OMPI para conscientizar que a indústria esportiva tem um grande potencial para a inovação e, apesar do seu considerável avanço tecnológico e transversalidade, muitas outras indústrias podem crescer e se desenvolver a partir de produtos inovadores aplicados a ela. No entanto, a proteção intelectual é o fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

A proteção intelectual é importante porque permite que o criador crie barreiras de entrada para outros concorrentes, além de proporcionar inúmeros benefícios como assegurar a exclusividade de uso e exploração da criação e impedir que terceiros se beneficiem indevidamente dos esforços intelectuais e financeiros dispendidos pelos inventores. O Brasil tem criado um ambiente de negócios de modo a proporcionar às empresas a proteção ao investimento, ao estímulo, à inovação e à capacitação tecnológica. No entanto, os agentes que compõem o ecossistema da inovação no país também aguardam ansiosos pela melhoria no processo de concessão da patente junto ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial-INPI, o que proporcionará maior segurança do negócio.

Roberto Sant'Anna - A importância da propriedade intelectual

Para o desenvolvimento de novos produtos.

É advogado, formado pela Universidade Mackenzie. Também é graduado em Tecnologia da Informação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com pós-graduação em Direito e Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em **Propriedade** Intelectual e Inovação no Agronegócio pela Universidade Federal de Santa Catarina; é gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).

O respeito aos direitos de propriedade intelectual tem importância crucial para o desenvolvimento de diversos setores da economia. Tanto é assim que, em 1994, foi assinado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS em inglês), do qual o Brasil é signatário, no nascedouro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No Agronegócio, não poderia ser diferente, especialmente quando falamos em manter a produção de alimentos, fibras e energia inovadora e produtiva. A proteção à propriedade intelectual é fundamental.

No caso dos defensivos agrícolas, o processo de pesquisa e desenvolvimento para um novo produto poder ser utilizado nos campos brasileiros pode durar até 18 anos. Durante a fase inicial da pesquisa, que leva em média dois anos, as empresas investem cerca de US\$ 107 milhões para explorar 160 mil moléculas com potencial para se transformar num novo produto; na sequência, são realizados testes que garantem a eficácia e a segurança dessas novas descobertas, o que pode levar mais oito anos e US\$ 146 milhões para ser concluída. No final, apenas uma dessas 160 mil moléculas iniciais chegam ao

processo de registro, com custos de US\$ 33 milhões. Essa etapa, no Brasil, depende dos órgãos competentes (MAPA, **Anvisa** e Ibama) e pode demorar mais oito anos para ser concluída, enquanto que no Mundo o tempo de registro é em média de dois anos.

Esses números são bastante expressivos e devem ser levados em consideração quando falamos de respeito aos **direitos** à propriedade intelectual, para que os esforços realizados possam ser dimensionados com exatidão, além de incentivar um ambiente propício à pesquisa e inovação, o que é fundamental para um País que busca um futuro mais receptivo a novas soluções e tecnologias.

Também é preciso ressaltar a importância da garantia da proteção de dados, necessária para respaldar a segurança no envio de dossiês por meios eletrônicos, no momento da solicitação do registro para os órgãos responsáveis - MAPA, IBAMA e **Anvisa**. Os ambientes digitais são ágeis, mas é preciso garantir que sejam suficientemente seguros para a circulação de documentos protegidos e confidenciais.

Assim, defendemos um trabalho que implemente uma Política de Segurança das Informações apresentadas e custodiadas pelo Governo, sem interferir no direito ao acesso à informação, tão característico de uma democracia. Por isso, é crucial que o ambiente de proteção à pesquisa seja aprimorado, com recursos que garantam maior segurança no ambiente digital, evitando a concorrência desleal e, consequentemente, assegurando e incentivando a continuidade nos investimentos de recursos à inovação.

É o que se espera de uma país que pretende ser membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A responsabilidade de plataformas online sob a nova Diretiva Europeia de Direitos Autorais e a legislação brasileira



No dia 26 de março, o parlamento europeu votou a favor da nova Diretiva de **Direitos** Autorais, adaptando suas normas à era digital. Com 73% de usuários europeus de **internet**, com idade entre 16 e 24 anos, escutando músicas, assistindo séries e filmes ou jogando online¹, uma das mudanças da Diretiva visa regular o tratamento dado por provedores de aplicações de **internet** ao compartilhamento de obras protegidas por **direitos** autorais pelos seus usuários.

Conforme o art. 17, plataformas online necessitam agora obter do titular dos direitos uma autorização para divulgar ao público tais obras.

Na ausência de acordo, provedores de serviços serão responsabilizados civilmente por atos não-autorizados de comunicação ao público por terceiros, salvo se forem capazes de demonstrar que fizeram es-

forços substantivos para adquirir uma licença E agir rapidamente para impedir o acesso de conteúdos não-autorizados. Plataformas online com mais de 3 anos e com venda anual maior de 10 milhões de euros devem ainda envidar seus melhores esforços para evitar uploads futuros de tais conteúdos.

No Brasil, o Marco Civil da **Internet** prevê, em seu art. 19, que provedores de **internet** somente poderão ser responsabilizados por danos causados por conteúdos gerados por terceiros se, após ordem judicial, não tomarem as providências para tornar indisponível o conteúdo infringente.

Contudo, o parágrafo 2º estabelece que a aplicação deste limite de responsabilidade a infrações a **direitos** autorais depende de previsão legal específica, o que ainda não ocorreu. Alternativamente, os tribunais pátrios aplicam sistematicamente as normas relativas à Lei de **Direito** Autoral e, assim, isentam de qualquer responsabilidade por violação de **direito** autorais os provedores que, após notificação, removeram o conteúdo infringente de suas plataformas.

Como vimos no caso do Regulamento Europeu Geral sobre a Proteção de Dados e da subsequente LGPD brasileira, a legislação europeia pode influenciar a lei nacional. Assim, considerando o rápido crescimento brasileiro de consumo de conteúdo online², é importante acompanhar a influência que a nova Diretiva europeia pode ter sobre o tema no Brasil e sobre o legislador pátrio.

Continuação: A responsabilidade de plataformas online sob a nova Diretiva Europeia de Direitos Autorais e a legislação brasileira

***Antonio** Curvello é sócio da Daniel Advogados.

1 Analyse one indicator and compare countries - European Commission

Antonio Curvello

2 Consumo de vídeo online dispara no Brasil, diz pesquisa.

O Dia Mundial da Propriedade Intelectual e o desenvolvimento do esporte



O dia 26 de abril é o Dia Mundial da **Propriedade** Intelectual. A campanha deste ano organizada, pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), visa destacar a importância do tema no desenvolvimento do esporte.

A indústria do esporte representa um importante papel para a economia criativa, simultaneamente nutrendo e se alimentando das diversas áreas da criação de conteúdos por meio de suas interações com a televisão, o mercado audiovisual, a indústria musical e o mercado publicitário. O Super Bowl, final da temporada de jogos da liga de futebol norte-americana, é um exemplo desta confluência de mídias. O jogo transformou-se em evento de grande magnitude, reunindo pesados investimentos e diversos setores do entretenimento: o show do intervalo simboliza momento de consagração de artistas de sucesso e a indústria publicitária, investe em anúncios de produção sofisticada, estrelados por grandes nomes do cinema e da TV. Todo este ecossistema, disciplinado por acordos de transmissão ao vivo e de patrocínio, movimentou USD 408 milhões em 2018 em publicidade.

Neste contexto de convergência, observa-se a expansão da cadeia produtiva do esporte para o ambiente de negócios dos formatos digitais. As plataformas de streaming têm sido vistas como uma oportunidade de ampliação dos acordos de transmissão e atração de novas formas de receita. A liga de basquete Novo Basquete Brasil (NBB), por exem-

plo, percebeu, há alguns anos, a força da transmissão online e viu seu modelo de negócio crescer durante a temporada 2016/2017 após a realização de um acordo com o Facebook. A transmissão dos jogos pela plataforma triplicou as interações totais da página do NBB e gerou 130% de receita adicional. Resultado interessante para um esporte cuja popularidade no Brasil é atualmente menor do que a do vôlei e do futebol. Para este ano, a Conmebol (Confederação Sul-americana de Futebol) e o Facebook fecharam um acordo que garante a exclusividade da transmissão ao vivo das partidas da Copa Libertadores da América (no "Facebook Watch"). A audiência bateu recorde histórico da plataforma, com 1 milhão de espectadores na vitória do Flamengo sobre o San José (Bolívia), superando o jogo do PSG contra o Manchester United pela Liga dos Campeões.

Ao sediar dois dos maiores eventos esportivos do mundo, com a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o Brasil ganhou relevância e experiência na negociação de acordos complexos em eventos multidisciplinares. Neste segmento, espera-se um crescimento de volume de negócios voltados para o esporte no ambiente digital nos próximos anos. Além da intensificação das parcerias com as plataformas conhecidas, há uma tendência das ligas esportivas criarem plataformas próprias, bem como de aumento dos modelos de VoD (video on demand) por assinatura e do Advertising VoD (apoiados por anúncios publicitários).

Do ponto de vista jurídico, alguns desafios despontam na expansão desses novos modelos de negócios, a começar pela revisão dos acordos que envolvem direitos de transmissão, publicidade e patrocínio. Os parâmetros que regem a exploração econômica de direitos de imagem dos atletas ou de direitos de propriedade intelectual dos clubes e times merecem ser revisitados na busca por adequação e alternativas de equilíbrio quando confrontados com a

Continuação: O Dia Mundial da Propriedade Intelectual e o desenvolvimento do esporte

escala ampliada do meio digital. Obrigações e responsabilidades contratuais de cada parte também devem ajustar-se ao cenário de maior regulação no que se refere à coleta, tratamento e uso de dados, diante da recente promulgação da lei geral de proteção de dados, passo importante para posicionar o país como um ambiente seguro no contexto da transformação digital.

Por fim, embora nosso cenário jurídico ampare direitos de propriedade industrial e incentive tributariamente a captação de recursos para o esporte, ainda há muito espaço para desburocratização e evolução desta indústria no país. Relatórios do governo federal mostram um decréscimo no número de projetos e no número de apoiadores que fazem uso da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06) em sua primeira década de vigência. Em contraponto, o

mercado demonstra apetite por conteúdos desta natureza, revelando o enorme potencial do setor para tornar-se estratégico na economia brasileira.

*Laetitia Maria Alice Pablo d'Hanens é sócia do escritório **Gusmão & Labrunie** - Propriedade Intelectual.

*Fernanda Guttmann da Rocha Bussinger é advogada da área de entretenimento, mídia e esportes do escritório **Gusmão & Labrunie** - Propriedade Intelectual.

Laetitia d'Hanens e Fernanda Guttmann

Lei nova permite a criação de Empresa Simples de Crédito e cria um regime especial para as "starups"



Dinheiro. Foto: Reprodução

Cheryl Berno

Advogada Especialista em Direito Empresarial e Tributário, Consultora, Professora, Mediadora. Atua na área empresarial e tributária há mais de vinte anos. Trabalhou na Ernst & Young, na Deloitte, na Federação das Indústrias e do Comércio do Rio de Janeiro, para o SESI, SENAI, CIRJ, SESC e SENAC.

Foi publicada hoje, 25 de abril, a Lei Complementar nº 167, que abre a possibilidade de pessoas físicas criarem uma Empresa Simples de Crédito (ESC), para emprestar, financiar e descontar títulos, com os seus próprios recursos e em seus respectivos territórios municipais. Os clientes só poderão ser microempreendedores (MEIs), micro (ME) e pequenas empresas (EPP) e o lucro máximo não poderá passar de R\$ 4,8 milhões, que é o teto de faturamento no Simples Nacional. A nova modalidade empresarial não poderá, no entanto, utilizar a palavra "banco" ou outra expressão que identifique uma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), embora estejam obrigadas a se registrar em autoridade autorizada pelo BACEN ou pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Também foi expressamente vedado ao novo tipo de financiadora, captar recursos, em nome próprio ou de terceiros, sob pena dos sócios serem considerados criminosos e não poderão fazer operações de crédito,

na qualidade de credoras, com entidades integrantes da administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A remuneração desse novo tipo de empresa, a ESC, somente pode ocorrer por meio de juros remuneratórios, tendo sido proibida a cobrança de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifa. A movimentação dos recursos deve ser realizada exclusivamente mediante débito e crédito em contas de depósito de titularidade da ESC e dos clientes, que só podem ser MEIs, micro e pequenas empresas. As transações deverão ser objeto de contratos formais.

A ESC poderá utilizar o instituto da alienação fiduciária em suas operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito e pode entrar em recuperação judicial, extrajudicial e até pedir falência.

Tributação da Esc

Este novo tipo de empresa, embora só possa faturar até o teto do Simples Nacional, hoje em R\$ 4,8 milhões, não pode se beneficiar desse regime e estará sujeita à toda a escrituração fiscal de forma digital, lhe sendo vedada a opção pelo Simples Nacional. Pode, no entanto, optar pelo regime tributário denominado "Lucro Presumido", no qual o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das ESCs, deverão ser calculados sobre a base de cálculo de 38,4% sobre a receita bruta, assim considerada a remuneração auferida pela ESC com a cobrança de juros, inclusive quando cobertos pela venda do valor do bem objeto de alienação fiduciária.

Vale lembrar que a alíquota do IRPJ é de 15% ou 25% (essa já com o adicional de 10% para faturamentos maiores), e a CSLL é de 15% para os bancos (já com a

Continuação: Lei nova permite a criação de Empresa Simples de Crédito e cria um regime especial para as "starups"

redução de 5% que começou dia 1º de janeiro deste ano) e de 9% para as demais empresas, incidentes sobre as receitas com base em percentuais que variam de 1,6% a 38,4% do faturamento, dependendo da atividade. Esse percentual, que define a base de cálculo desses tributos, para a ESC será de 38,4%, contra 32% para as prestadoras de serviços em geral.

É possível que haja investidores interessados neste novo tipo de sociedade, até porque o lucro dos bancos tem batido todos os recordes. Segundo um dos seis Senadores do PT que apresentaram o projeto de lei (PL 602/2019), para restabelecer a alíquota maior da contribuição social para os bancos, de 20%, Rogério Carvalho, "Só os três maiores bancos (Santander, Itaú e Bradesco) tiveram lucro líquido de mais de R\$ 60 bilhões este ano". Assim, é possível que não obstante todas as limitações impostas para a pequena empresa de crédito, financiamento e desconto de títulos, compense os riscos.

Starup ganha o "INOVA SIMPLES"

Também foi criado o Inova Simples, um regime especial simplificado para as iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem como startups, ou empresas de inovação. A nova lei considerada startup a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam startups de natureza incremental, ou, quando relacionados à criação de algo totalmente novo, caracterizam startups de natureza disruptiva.

O tratamento diferenciado das chamadas starups não inclui o Simples Nacional, que lhes é inclusive vedado. A vantagem será a abertura de forma simplificada e automática, no mesmo ambiente digital do portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), em sítio eletrônico oficial do governo federal, por meio da utilização de formulário digital

próprio, que deverá ser disponibilizado em janela ou ícone intitulado Inova Simples.

Os interessados em constituir uma startup deverão preencher os formulários e a lei prevê a geração automática do CNPJ. Será obrigatório que abram uma conta bancária para a captação e integralização de capital, proveniente de aporte próprio de seus titulares ou de investidor domiciliado no exterior, de linha de crédito público ou privado e de outras fontes previstas em lei.

Também está previsto que no portal da Redesim, seja aberto um espaço destinado ao preenchimento de dados do Inova Simples e um campo para comunicação automática ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), do conteúdo inventivo do escopo da iniciativa empresarial, se houver, para fins de registro de marcas e patentes, não sendo vedado que o titular providencie os registros diretamente.

Os recursos capitalizados não constituirão renda e deverão ser destinados exclusivamente para o custeio do desenvolvimento de projetos de startup, sendo permitida a comercialização experimental do serviço ou produto até o limite fixado para o MEI, hoje de R\$ 81.000,00 por ano. Caso o empreendimento não dê certo, a vantagem prevista na lei é que o CNPJ poderá ser baixado automaticamente, mediante procedimento de autodeclaração no portal da Redesim.

Ainda há muito a ser melhorado para a competitividade das empresas brasileiras, em especial, das micro, pequenas e destas starups, mas já é um começo.

Veja a Lei Complementar nº 167, de 24/4/2019 na íntegra:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp167.htm

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 4, 5, 6, 9

Inovação

3, 5

Marco regulatório | INPI

5, 11

Direitos Autorais

6, 7

Marco regulatório | Anvisa

6

Entidades

9